

A EXPERIÊNCIA DO PROEJA EM CONTAGEM: INTERSEÇÃO ENTRE EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

HASLA DE PAULA PACHECO (UFMG).

Resumo

Este trabalho se refere a uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem como objeto de estudo a implementação da modalidade Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola municipal. Objetiva-se analisar, nessa investigação, os desafios enfrentados na articulação entre formação para o trabalho e a elevação de escolaridade, bem como refletir sobre as condições de implementação do curso, a partir da realidade da política educacional do município de Contagem. Em função disso, o referencial é baseado nas formulações teóricas de Marx e de outros teóricos tais como Gramsci, Manacorda, Pistrak, Freire, para os quais a categoria trabalho é o alicerce para pensar a educação. Optou-se pela pesquisa qualitativa feita por meio de estudo de caso, utilizando-se das ferramentas metodológicas: questionário, entrevistas e análise documental. Ao presente artigo interessa discutir acerca das primeiras análises sobre os documentos oficiais, identificando e traçando os princípios elencados pelos gestores públicos e a trajetória percorrida pelo referido município no que se refere ao atendimento do direito à educação das pessoas jovens e adultas. Acreditamos que há uma grande contribuição dessa experiência para o campo da EJA e da Educação Profissional no âmbito de consolidação de uma política educacional com vista a torna-se, realmente, política de estado.

Palavras-chave:

Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Política Pública.

Introdução

O presente artigo trata-se de um recorte analítico sobre a pesquisa de mestrado, em andamento, intitulada "A **EXPERIÊNCIA DO PROEJA EM CONTAGEM: INTERSEÇÃO ENTRE EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**" cujo objetivo é desenvolver uma investigação acerca de quais são os fatores determinantes de sucesso e/ou de fracasso na implementação de uma proposta educacional de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Qualificação Profissional no município de Contagem.

A Educação de Jovens e Adultos EJA é uma temática que se apresenta atualmente como um campo de estudo bastante explorado na academia com o desenvolvimento de muitas pesquisas. Esses estudos visam, dentre outros propósitos, superar concepções tradicionais encontradas na implementação dessa modalidade enquanto práticas educativas e políticas educacionais emancipadoras. Podemos citar como exemplo: as concepções que pregam uma educação compensatória para sujeitos que não estudaram na *idade certa*. Por que somente compensatória? O que seria estudar até a idade certa?

Essas questões e outras tantas estão suscitadas em vários espaços que promovem a discussão acerca do direito à educação e como esse direito tem ganhado amplitude tanto nas pesquisas propostas no campo acadêmico quanto nas discussões em espaços sociais e políticos. Dessa forma, em se tratando de trabalhar os novos paradigmas da EJA, estamos dissertando sobre a luta por uma educação para todos que abrange e se efetua, também, não só por estratégias do

poder público, mas ainda, por meio de outros sujeitos e instituições atuantes promovendo ações coletivas em prol de uma educação de qualidade.

Outro aspecto importante é lembrar que, para além do princípio do direito à escolaridade, e conseqüentemente o aumento dos anos de estudo, caminhamos também para agregar à educação uma concepção de aprendizagem ao longo da vida, sem idade "certa" para aprender, princípio esse referendado pela Declaração de Hamburgo (1997) na qual está exposta que

os objetivos da educação de jovens e adultos, vistos como um processo de longo prazo, desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promove a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem seus destinos e enfrentem os desafios que se encontram à frente. Declaração de Hamburgo (1997).

Embora diversos estudos estejam discutindo vários aspectos ligados à EJA, percebemos uma lacuna de conhecimentos sistematizados que procuram fazer uma interlocução entre a Educação profissional e a Educação formal. Na investigação, pretende-se refletir sobre a apreensão ou não da concepção do conceito da categoria Trabalho como princípio educativo por parte dos propositores do projeto, ou seja, se os gestores públicos propõem uma proposta educativa na qual se analisa a positividade do trabalho enquanto possibilidade de formação humana, na perspectiva do trabalho ainda como um direito do trabalhador. No sentido de buscar uma educação que se torne um meio de instrumentalizar os estudantes trabalhadores, preparando-os para acompanhar as transformações do mundo do trabalho.

Neste texto, buscamos apresentar os primeiros pressupostos teóricos sobre a EJA e a Educação Profissional estudados e as primeiras exposições sobre a trajetória da EJA no município de Contagem que vão embasar a discussão e reflexão sobre a referida pesquisa de mestrado.

A Educação de Jovens e Adultos no município de Contagem e sua articulação com a Educação profissional

Primeiramente é importante expor com que conceito de Política pública trabalhamos quando pretendemos analisar uma ação proposta pelo Poder Público. Assim, entendemos que as políticas públicas são como ações organizadas e efetivadas pelo Estado. Maués (2003, p. 11) destaca que "as políticas públicas surgem no cenário da globalização como forma de regulação social e de ajuste estrutural, como um mecanismo forma (ESTADO) e informal (Sociedade Civil) que estruturam o conjunto de setores da vida social, política e econômica (...)"

A partir daí, para entender a trajetória de construção de uma Educação de Jovens e Adultos como política pública, é importante destacar e perceber a concepção de EJA que o sistema público a ser pesquisado propõe dentro da política pública de implementação dessa modalidade em suas unidades educacionais. a reconhecer os princípios norteadores da EJA experiência.

Como uma forma de sistematizar suas estratégias educacionais na EJA, o município publicou "Os Cadernos da EJA". Esse caderno é resultado de ações municipais articuladas em prol da efetivação de uma política pública educacional de atendimento às pessoas jovens e adultas do município. A publicação "Cadernos da EJA" é composto por orientações e diretrizes para fomentar a construção e

reestruturação das propostas pedagógicas nas escolas. Dessa forma, na criação do Programa SEJA - Contagem (Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos de Contagem) muitos foram as realizações em Contagem com o objetivo de constituir um espaço de discussão e formação e informação a fim de subsidiar a nova configuração da EJA municipal da época.

Presente nesse documento, que norteia a implementação da EJA em Contagem, está a concepção de uma educação voltada à construção de uma proposta educativa pautada no atendimento das especificidades e as necessidades do estudante-trabalhador. Uma diretriz elencada é a necessidade de se rearticular as estruturas já organizadas dentro das escolas regulares, mas também realizar uma (re) significação dos tempos e espaços para alcançar realmente a íntima relação e representação desses sujeitos com o mundo do trabalho.

Além das diretrizes encaminhadas às escolas, o poder público propiciou espaços interlocução entre representantes de diversos segmentos sociais (pais, estudantes, professores, sindicato) e os gestores públicos. A saber: Conferência Municipal de Educação, Fóruns regionais e a Formação continuada dos educadores atuantes da EJA. Outra tentativa de reconfigurar o atendimento e os princípios da EJA no município por parte dos gestores, foi o incentivo às unidades escolares para reelaborar seus projetos político-pedagógicos.

Nesse processo de construção, ainda era objetivo do Poder público possibilitar aos educandos da EJA outra forma de inserção escolar que também vislumbrasse a esses sujeitos, novas oportunidades no mercado de trabalho. Por isso, pensou-se na implementação da Educação de Jovens e Adultos integrada à Qualificação profissional. Tal projeto consistia em oferecer a certificação do ensino fundamental mais a qualificação inicial com curso de assistente administrativo. Esse projeto piloto foi implementado em 2005, com a parceria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais -PUC/Minas, a princípio em duas unidades escolares do município, sendo que uma das escolas já oferecia a educação de jovens e adultos no noturno. E outra, iniciava, por meio desse projeto, seu atendimento às pessoas jovens e adultas.

Para ressignificar o atendimento da EJA no município de Contagem era necessário para além das orientações e diretrizes de uma política inclusiva, propiciar uma educação centrada nos direitos dos sujeitos. Para isso, era importante considerar quem os estudantes dessa modalidade de ensino são sujeitos sócio-culturais que apresentam uma gama de experiências e saberes construídos no cotidiano de suas vidas e vivências que devem ser apontados como norteadores na construção de uma proposta pedagógica. Segundo Arroyo, (3,2007) "a EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas".

O documento oficial do município Cadernos da EJA (2006) diz que:

(...) considerar o sujeito- educando, não pela "ausência", ou pela negatividade (sujeito não alfabetizado, não escolarizado, não concluinte do ensino fundamental), mas, pela sua rica trajetória de vida, mesmo marcada pela negligência do estado. Significa, também, (re) significá-lo como portador de direitos inalienáveis, como à vida, à liberdade e à educação durante toda a vida. (p.5)

Dessa forma, presenciamos as tentativas do Município de Contagem em promover, implementar e consolidar a EJA através de ações de formação continuada dos trabalhadores em educação para essa modalidade. Entretanto, é nosso objetivo perceber como essas ações foram apresentadas e sistematizadas e se há uma

política que visa incentivar programas com propostas pedagógicas nas quais a categoria trabalho seja entendida em seu princípio educativo. Já que de acordo com Santos (2003, p30) " há um fenômeno educativo que impregna o trabalho, assim como os movimentos sociais, colocando em relevo a centralidade do trabalho para a formação humana."

Portanto, esses e outros dados a serem levantados, servirão de subsídio no desenvolvimento da pesquisa e serão fundamentais para a problematização da importância da relação trabalho e educação.

Um breve contexto da Educação Profissional

As mudanças do mercado de trabalho impuseram, diante do contexto histórico e social contemporâneo, uma nova relação entre o trabalho e o conhecimento. Fazem-se necessárias novas formas de articulação para que possam realmente atender as expectativas dos cidadãos no que se refere à escolarização, à formação do trabalhador e, ainda, à (re) inserção no mercado de trabalho. Essas articulações com certeza passam, necessariamente, pelo espaço escolar, enquanto lugar de desenvolvimento, de construção e (re) significação de valores sociais, culturais e de conhecimento. Assim, para que não formemos meros joguetes no mercado de trabalho, a formação do trabalhador, inicial ou continuada, requer uma educação inserida numa perspectiva de desenvolvimento omnilateral do educando, segundo Kuenzer (2000),

a construção de um novo projeto educativo que articule as finalidades de educação para a cidadania e para o trabalho com base em uma concepção de formação humana que, de fato, tome por princípio a construção da autonomia intelectual e ética, por meio do acesso ao conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico e ao método que permita o desenvolvimento das capacidades necessárias à aquisição e à produção do conhecimento de forma continuada. (p.19)

Para tanto, é importante a elaboração de uma proposta pedagógica que possibilite ao estudante trabalhador assumir-se enquanto sujeito sócio-cultural, superando sua condição de ator coadjuvante e dominado. Além disso, é necessário contribuir para potencializar sua capacidade de intervir em seu presente e seu futuro, municiando-o de estratégias que possa utilizar na sua ação societária.

Em se tratando de uma perspectiva histórica, partir da década de 80, apresenta-se um outro panorama político no Brasil, onde há um processo de redemocratização que conta com a saída dos militares e retorno à democracia. Entretanto, podemos destacar que na década de 90 acontece uma profunda mudança na educação profissional, a partir do governo FHC (ARANHA, 2007). Neste contexto, a Educação Profissional recebeu em 1996 um capítulo próprio, na Lei Federal nº. 9.394, de 1996 - LDBEN, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em especial no Capítulo III. Dessa forma, de maneira diferente do que ocorria nos anos anteriores a 1961, volta-se com a separação entre educação geral e educação profissional.

Posteriormente, o Decreto nº2.208, de 1997 aprofunda e cristaliza ainda mais a separação entre o ensino médio e a formação profissionalizante. E mais, segundo Maués, Gomes e Mendonça (2008, p.110) "O mencionado Decreto condicionou a aprovação de cursos à gestão tripartite composta por empresários e trabalhadores; favoreceu a experiência em detrimento da formação no tocante à contratação de professores; e reduziu os investimentos nas escolas da rede federal (...)".

Porém, o Decreto nº. 5.154, de 2004, que revogou o Decreto nº. 2.208, de 1997, restabeleceu a possibilidade de integração entre a formação regular (ensino médio) e a formação técnica (educação profissional). Assim, as instituições escolares retornaram o atendimento à educação profissional de forma integrada ao ensino médio. Porém, mesmo com as intenções elencadas do decreto, efetivamente não se refletiu em resultados imediatos com relação à implementação de políticas públicas significativas com caráter de continuidade e universalidade. O que percebemos é a continuidade de ações no formato de programas e projetos, atendendo às necessidades através de ações pontuais.

Atualmente, a LDBEN sofreu mudança através da Lei nº 11.741, de 16/07/2008, alterando os artigos 37, 39, 41 e 42. , que dispõem sobre a Educação Profissional Técnica de nível médio, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica. Essa lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

Entretanto, quando se fala em ações do poder público ligadas à Educação Profissional integrada à educação básica, deparamo-nos com políticas que têm em sua base a promoção de programas pontuais como o PNO/MTE (Programa nacional de qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego); o Saberes da Terra, voltado para formação do agricultor familiar; o Brasil Alfabetizado, que visa incentivar o maior número de matrículas no ensino médio, pretendendo incentivar os Estados a promover a Educação profissional; o PROEJA; que proporciona a formação profissional com escolarização para jovens e adultos, e o Projovem - que busca integrar, com uma pequena carga horária, educação geral e profissional, dentre outros.

Diante desse quadro apresentado, torna-se necessário debruçar-se mais sobre estas concepções e estabelecer quais são os princípios vigentes na política pública do Município de Contagem no que diz respeito à EJA articulada à Educação Profissional, construindo reflexões sobre a problemática aqui apresentada. Para tal embasamos nossas reflexões recorrendo a Pistrak (2000) que em sua obra contribui com as discussões aqui iniciadas, quando o autor observa que para que a escola esteja a serviço da transformação social, é necessário também estar ligada ao trabalho, as mudanças em suas práticas pedagógicas, bem como buscar a afinidade com a formação do cidadão através da articulação sua com a sociedade civil e o mundo do trabalho.

Um outro desafio que se coloca, no âmbito da política pública e também para as unidades de ensino que se propõem a trabalhar com a qualificação profissional integrada à EJA, é a construção da proposta curricular. Referimo-nos à organização de um currículo que integre os conhecimentos gerais e as especificidades dos sujeitos envolvidos com os conhecimentos específicos para uma formação profissional. A perspectiva da integração significa assumir a educação como prática social e cultural; um processo complexo que exige o olhar para a sua totalidade.

Considerações iniciais

A partir do exposto, procurou-se analisar, de forma preliminar, a concepção do poder público sobre a Formação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos. Considerando que este trabalho ainda se encontra em suas primeiras fases de aplicação de questionários e entrevistas, optou-se por apresentar o histórico parcial da trajetória da EJA no município por meio das primeiras leituras do documento norteador das diretrizes municipais sobre a referida modalidade.

Primeiramente, pontuamos que as concepções sobre EJA colocadas no documento oficial do município. Em seguida, apresentamos um breve histórico da Educação Profissional. Reiteramos, então, que a educação profissional atualmente tem sido tratada pelo poder público como políticas pontuais. Percebemos, então aí, a contribuição que a pesquisa vem oferecer para de problematizar como estão sendo postas as políticas públicas para a EJA e a educação Profissional.

Assim, além de contribuir para o avanço da compreensão científica acerca da EJA, ressaltamos ainda a relevância desta pesquisa para a compreensão de uma temática pouco estudada, por se tratar de iniciativas recentes do poder público: a Educação Profissional integrada à EJA.

Outra relevância desse estudo diz respeito à possibilidade de fomentar no campo das políticas públicas a discussão e formulação de diretrizes curriculares pautadas nos princípios de uma educação emancipadora e humanizadora educação. Essa que tem o compromisso de contribuir para que os educandos adquiram o entendimento sobre a sociedade contemporânea, em seu contexto de vida, as transformações em curso, principalmente no mundo do trabalho, bem como o avanço das concepções e práticas educativas.

Uma última consideração que podemos fazer é que, apesar da representação que a Educação de Jovens e Adultos tem hoje no que diz respeito à legislação, que possibilita o acesso ao direito à educação sob novas formas de garantias legais, identificamos que na realidade há limitações na promoção de políticas públicas para as pessoas jovens e adultas. Essas limitações se referem à necessidade de se pensar ações de continuidade e não pontuais, e ainda, pensar em uma educação emancipadora e não só compensadora, dar acesso aos conhecimentos escolares mas também reconhecer os seus sujeitos com suas vivências e experiências de vida.

Finalmente, é possível depreender que os impasses e desafios postos pelo processo de reestruturação de política de atendimento a EJA no município de Contagem, ou seja, formação do trabalhador conduzem o Estado a pensar formas diversificadas de atender a essa demanda da educação e suas especificidades tanto de formação geral quanto técnica.

Referências

ARANHA, A. V. S.. *Relação entre o Conhecimento Escolar e o Conhecimento Produzido no Trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador*. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 103-114, 2003.

_____. *Educação profissional: mudanças no mundo do trabalho, intervenção do BM, sistema de ensino*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Notas de textos de aula.

ARROYO, Miguel. *Questões teóricas-práticas na Educação Profissional Integrada à EJA: do chão da escola à literatura*. Belo Horizonte: CEFET/MG. Palestra proferida no II Seminário de EPIEJA, em Belo Horizonte, em 30/11/2007.

_____. Educação de Jovens Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: *Diálogos na educação de jovens e adultos* (org) Soares, Leôncio. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Decreto n. 5478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da

Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. Brasília: UNESP, 2005.

Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos; Agenda para o futuro da educação de Adultos. *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos V CONFINTEA* Julho 1997. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/gepeja/arquivos/VConfintea.pdf>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. In: *Educação e Sociedade*. V.21, n. 70. Campinas, abril. 2000.

MANACORDA, Mário A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Sílvia. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MAUÊS, O. C.; GOMES, E.; MENDONÇA, F. L. Políticas para a Educação Profissional Média dos anos 1997-2007. In: *revista do NETE*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG. Núcleo de Estudos sobre trabalho & Educação. V.17, n.1. jan/abr. 2008. p.109-122.

MAUÊS, Olgaíses. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. In: *Currículo e Políticas Públicas*. Gonçalves (org). Belo Horizonte: Autênticas, 2003.

SANTOS, Eloísa Helena. Processos de produção e legitimação de saberes no trabalho. In: *Currículo e Políticas Públicas*. Gonçalves (org). Belo Horizonte: Autênticas, 2003.

NOSELLA, Paolo. *Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica*. Revista Brasileira de Educação. v.12 n.34. Rio de Janeiro, jan./abr. 2007.

PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo: as novas tecnologias. In: *Tecnologias, Trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

WERMELINGER, M; MACHADO, M. H.; AMÂNCIO FILHO, A. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. In: *Ensaio: avaliação, política. Educação*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, abr./jun. 2007.